



## **EL TIEMPO QUE PASA Y LOS RECUERDOS Y ELABORACIONES A QUE NOS OBLIGA REMEMORANDO COM FLORÊNCIO**

**Prof. Dr. D. Carlos Amaral Dias**

*Fecha de recepción: 28 de Septiembre de 2013*

*Fecha de admisión: 7 de Noviembre de 2013*

### **REMEMORANDO COM FLORÊNCIO**

Caro amigo Florêncio Vicente Castro. Talvez te surpreenda, ou talvez não, que o que sugeriste para esta conferencia seja subvertido sob a forma de um discurso outro que atravessa as nossas vidas, as nossas histórias pessoais, as nossas narrativas, os nossos percursos comuns e os nossos projetos.

Conhecemo-nos há muitos anos, suponho que há mais de duas dezenas, numa cidade que marca a história portuguesa, Évora. Fomos apresentados por um amigo comum, o Professor Vítor Franco, e tomámos um café juntos. Deves recordar-te com certeza como em apenas poucos minutos delinhamos projetos comuns, envolvendo-nos a ambos e as instituições universitárias a que pertencíamos.

Recordo tão só isto, não em nome daquela velha metáfora que o tempo voa, mas essencialmente porque este congresso, que tem como epicentro a mudança, perpassa obrigatoriamente as mudanças que atravessámos juntos e que os nossos países atravessaram também.

Os nossos congressistas que me perdoem também por aquilo que pode parecer apenas, mas não é, um amontoado de reminiscências. Mas se, tal como Freud afirmava, um neurótico sofre de reminiscências e com isso o fundador da Psicanálise trazia a infância sofrida para a boca do adulto, é também verdade que a elaboração de reminiscências é a única forma de lhes conferir sentido e, quiçá, de as ampliar, ampliado esta que apanha muitas vezes o sujeito reflexivo na sua própria reflexividade. Por outras palavras, descentra-o de um ponto aparente da razão, subjetivando o que poderia parecer, na aparência, um lugar fático na memória, um bit de informação.

Florencio, fui sempre pouco atreito ao que designaria metaforicamente por memória cerebral e por isso sempre concebi a noção de pensar como um análogo ao que hoje se designa por incubadora de empresas. Pensar, para mim, é um gerador metafórico, uma forma de expandir a mente para novos modelos de reflexividade.



Aprender com Bion que saber acerca de, só é possível se saber acerca de é não saber acerca de. É neste contexto que te convido, que vos convido, a uma revisitação. Temos mais ou menos a mesma idade e ambos vivemos uma parte das nossas vidas sob a égide de ditaduras.

Ambos sentimos seguramente o que foi o peso do silêncio, ambos crescemos debaixo da política do interdito. É certo que no teu país o franquismo emergiu numa corrente de sangue e violência numa guerra civil que marcou com certeza os teus antecessores.

Cá para os nossos lados, não houve guernicas, não houve massacres, não houve de uma forma aberta aquilo que Bion designava, e com razão, de um pressuposto básico messiânico.

Não te vou explicar o que acabo de dizer, mas vou ter de o esclarecer para aqueles que me ouvem.

Nós, humanos, somos seres gregários, vinculares. Juntámo-nos para fazer barcos como aqueles que levaram portugueses e espanhóis ao chamado Novo Mundo ou pura e simplesmente, como hoje, para refletirmos sobre a Psicologia e a Mudança.

Mas os grupos e a própria humanidade não se unem apenas por pressupostos racionais, através dos quais se fizeram velas, os mastros, os cordames, as proas e as réis, que nos levaram longe. Unem-se queiramos ou não também por valências irracionais que subjazem a qualquer grupo de trabalho. Estas valências, onde enquanto psicanalista revejo as mudanças ideológicas que atravessaram o século passado, podem ser descritas em três grandes grupos, dependência, emparelhamento/messianismo e ataque-fuga.

Nascemos e crescemos numa idade messiânica. O marxismo-leninismo de um lado e o fascismo/nazismo de outro prometeram ao mundo soluções salvíficas e únicas. O princípio do século, trouxe consigo estes movimentos pseudo-redentores que estrangularam de uma forma bruta a democracia. As ideias que pareciam querer mudar o mundo os "amanhas que cantam" de triste memória, foram responsáveis pela brutal II Grande Guerra Mundial em que dezenas de milhões de pessoas perderam a vida.

Quando em 1945 a guerra terminou, eu Florêncio que sou propriamente um baby bomber, cresci e desenvolvi-me num contraste singular entre o salazarismo bafiento que nos asfixiava a nós portugueses e a modernidade que se instalou por toda a Europa.

Mas nesta emergência mais e mais, um outro pressuposto de que Bion falou, ou seja, o pressuposto básico de dependência. Recordam-se com certeza do serviço nacional de saúde britânico que depois do exército chinês e dos caminhos de ferro indianos, era a maior organização burocrática e tentacular existente na Europa. O well fair state parecia dar a todos sentimentos de segurança a partir de uma ideia simples. O estado providenciava-nos tudo o que precisaríamos. Em parte essa ideia continua hoje. Qualquer um de nós apreciaria uma vida de trabalho, uma reforma confortável e um trajeto de vida com filhos, netos, etc.

Porém, o pressuposto básico da dependência, foi pelo menos até aos anos 60 dominado pelo que designaria por uma ordem simbólica de interdição oriunda do Séc. XIX. Sobre esta ordem assentavam os conceitos tradicionais de família, do papel da mulher naquela, enfim os valores que atravessavam o quotidiano. Esta sociedade, que poderíamos designar, insisto, por uma sociedade de interdição, concedia ao que nós psicanalistas designamos por supereu, a maior das forças.

Todos conhecíamos bem os vínculos e a economia biopolítica da reprodução dos tipos subjetivos, que nos pareceu à época estável. Alguns sinais de inquietação perpassaram por essa mesma sociedade. Refiro-me por exemplo ao consumo de drogas que se ia progressivamente massificando. Mas de qualquer forma, imaginarias tu, à época, os questionamentos contemporâneos sobre a homossexualidade, ou os casamentos entre homossexuais, etc.? Não imaginávamos, nem tínhamos como imaginar. Nós psicoterapeutas e psicanalistas, sempre fomos amigos da crise. Crise no sujeito individual que nos procurava nos consultórios ou nos serviços de saúde, crise essa, que no entanto era temperada pela esperança que após um trabalho comum, aquele que nos tinha procu-



rado melhorasse, mesmo quando comparado com a situação pela qual nos tinha inicialmente procurado. Em larga medida, a crise sustenta a mudança necessária, incluindo aí a social.

Mas á época acreditávamos, particularmente nós psicanalistas, que o recalçamento das pulsões sexuais e agressivas era o substrato do sofrimento neurótico.

Nada mais ingénuo, nada mais equivocado, nada em certa medida mais falso.

O famoso texto de Freud "A moral sexual civilizada e as doenças nervosas no nosso tempo" inscrevia-se no movimento messiânico atrás citado, como se fosse possível desagrilhoar a humanidade, como se fosse viável retirar a interdição.

Quando iniciei a minha carreira como psiquiatra, psicoterapeuta e psicanalista, já nos fins dos anos 70, um novo paradigma era claramente emergente. Fiz parte da geração herdeira de Maio de 68, que questionou os paradigmas da interdição, fez basculhar a ética sacrossanta do trabalho e o sacrifício do gozo.

Aqui entre nós, que ninguém nos ouve, embora neste preciso momento eu esteja a ser ouvido, as frases de 68, tais como "é proibido proibir", etc. começavam a fazer desabar um mundo estragante do acesso ao gozo.

Recordas-te tão bem como eu da emergência do feminismo, numa dupla vertente europeia e norte americana. Recordas-te do evento dos anticoncepcionais que separaram de uma vez por todas a sexualidade da reprodução e recordas-te sem dúvida alguma das críticas a uma sociedade então designada como falocéntrica. Recordas-te de Simone de Beauvoir e o impacto que a sua escrita teve à época.

Por estas bandas lembro-me, na cidade onde nasci e cresci, da célebre carta dirigida às jovens estudantes universitárias em que precisamente a sociedade de interdição era posta em causa. Assistimos á emergência da sociedade do gozo. Assistimos á progressiva dissolução das famílias tradicionais, á emergência das famílias monoparentais ou das chamadas famílias mosaico. O que mudou? Suponho que a natureza dos vínculos, cada vez mais dominados pela relevância dada ao afeto, ao prazer sexual; á qualidade da intimidade que pela sua pertinência tornaram as relações mais evanescentes e naturalmente menos duradouras.

O conceito de família manteve-se, mas a sua forma mudou. Nós próprios psicólogos e psicoterapeutas acompanhámos essa mudança. Claro que á época, muitos foram aqueles que ficaram sobressaltados pela crise dos chamados valores familiares e tradicionais. Porém, a maior parte percebeu que os processos psicológicos daí emergentes, em si mesmos mudança, precisavam também de uma mudança na escuta e de uma compreensão outra.

Não deixámos de escutar a lamentado e a dor depressiva que acompanha de uma forma geral os divórcios. Estes são sempre da ordem de um luto, de uma perda. Mas, entender e ouvir as incertezas e as mágoas acumuladas, não nos impediu de sustentar as mudanças que tal situação acarretava.

De certa forma, fomos nós, que nos adaptámos a esses novos tempos, mas também somos seguramente nós os que melhor escutaram e escutam os envolventes nesses processos.

Conceptualizámos a intervenção nas novas e surpreendentes configurações familiares. Filhos de pais que se separam e voltam a casar e que por exemplo, agregam á sua volta uma rede notável de meios irmãos, meias irmãs para além da condição de enteado, de avós adotivos, etc. Infelizmente, como sabes, a criança é muito pouco ouvida pelos interessados na sua guarda. Entendo, mas não sei se estarás de acordo comigo que o interesse maior na criança envolvida no processo de separado dos pais, é que a mesma criança possa ser ouvida enquanto sujeito desejante, desalienando-se portanto do desejo do outro para assumir o seu próprio desejo.

Infelizmente este ponto de vista raramente tem a sustentado jurídica necessária, já que as instancias judiciais raramente escutam a condição da criança como efeito desejante.

Gostaria no entanto de ir um pouco mais longe. E por em cima da mesa não só as novas formas de parentalidade promovidas a partir das mudanças na família, mas também interrogar o que



muitas vezes subjaz aqueles que se querem mais e mais ouvir no seu desejo de regresso aos valores tradicionais, numa nostalgia de um mundo perdido.

Frequentemente encapotados, como ouvintes da mudança mas que secretamente continuam ligados às antigas cadeias de filiações simbólicas e geracionais e às respetivas tradições.

Ora, a questão é que qualquer drama psicológico remete à subjetividade e o afeto tomou, queiramos ou não a primazia sobre os contratos e por isso as nossas relações como as instituições e as suas leis são objeto de negociado.

Na contemporaneidade o que outrora parecia um facto social passa tão só a ser um drama interno do sujeito e este é o caldo de cultura onde todas estas situações se enquadram.

Ao elegermos o afeto como norteador das nossas vidas, deixando para trás a tradição e os compromissos consequentes com a comunidade, as consequências foram obrigatórias.

Nesta matéria o amor é para o homem moderno o centro da sua existência, esse, é o paradigma do gozo. A ordem anterior sobrepunha-se aos objetivos individuais e o lugar para as preocupações com a realização pessoal era secundária. O paradigma do interdito soçobrou. No entanto não deixamos de saber que o que fazemos por amor, apenas o fazemos por nós próprios.

Porém, querido amigo, a evolução das novas práticas sociais médicas, referentes à filiação e à reprodução, inscritas no que designamos anteriormente no paradigma do gozo, obrigam-nos uma vez mais a perspetivar as mudanças que as práticas psicológicas foram e vão ser submetidas.

Não só apenas elas, diga-se de passagem. Os sentidos sociais, éticos e jurídicos encontram-se também em cima da mesa. Não me refiro tão só agora as mono ou multi parentalidades, mas também as novas práticas médicas no campo da reprodução.

Se a inseminação artificial homologa (com sêmen do próprio cônjuge ou companheiro) não nos levanta sobressaltos excessivos no palco do psiquismo, já a inseminação artificial heteróloga (com doação de sêmen) ou doação do sêmen, óvulo, embrião ou o útero de substituído, fazem bascular ideias pré-concebidas, o que designaria mesmo por ideias velhas face ao irredutível do novo.

Em muitos destes casos, a filiação ao situar-se na fronteira biopsicológica repõe questões inquietantes mas que necessitam de resposta.

As novas práticas médicas, as evoluções científicas e as consequentes novas práticas sociais, nos campos da reprodução e da filiação, poem-nos perante uma nova forma de gozo que para muitos de nós seria até há pouco tempo inimaginável.

Vivemos, tu e eu, como ainda há pouco referi, a revoluto sexual, a contração generalizada, viabilizadora da revoluto referida que por sua vez a legitimava. O sexo fora da reprodução tinha ganho finalmente a sua carta de alforria. Mas agora com as novas tecnologias reprodutivas, o que se reivindica e o que se realiza é a reprodução fora do sexo. Tais questões não nos podem passar ao lado. Se podemos ter pais e mães biológicos de um lado e pais e mães sociais de outro, o que une como elo possível é a filiação simbólica, a única que se mantém inalterável neste mundo de mudanças.

O desejo materno pode reinscrever-se do desejo do outro, remetendo por aí a um gozo singular e em que a filiação é da ordem de um fantasma que necessita de ser interrogado.

Poderíamos imaginar a maternidade para mulheres virgens (e isto não é uma caricatura)? Poderíamos supor a paternidade para homens mortos (por fecundado do sêmen congelado)? Não. A tradição e o locus pelo qual olhávamos a biologia humana impediam-nos de tal coisa. Mas a psicologia é obrigada a repensá-las, já que elas nos convidam justamente a isso, ou seja, a uma outra forma de dimensionar a ordem simbólica das nossas genealogias.

Não sejamos porém jingénuos. As relações entre evoluções científicas e transformações sociais não são da ordem de uma causalidade linear, já que subvertem os princípios e obrigam ao estabelecimento de novas ordens simbólicas.

Ou seja, o que se realiza biologicamente sob esta ou aquela forma técnico-científica é de facto uma transformação. Transformação das relações de parentesco, transformação das formas de família que excedem radicalmente o simplismo do conceito de procriação artificial.



Estas pessoas com as suas articulações fantasmáticas visitam-nos e solicitam-nos escutas outras, para além, bem para além, daquelas que até há pouco tempo éramos convidados a fazer.

Mas nesta era de mudança e em que a psicologia está obrigatoriamente imbrincada, o problema mais fraturante e o que mais provoca um efeito de turbulência, nos tradicionais conceitos de filiação, é sem dúvida o que se prende à homo-parentalidade.

A resistência a pensar esta questão provém não só do contexto social, mas também do corpo teórico em que ela se sustenta. Corpo teórico esse que, queiramos ou não, nos cabe fundamentalmente a nós.

A pergunta que um casal homossexual pode colocar é simples. Se somos, enquanto casal, fenomenologicamente estéreis, enquanto pais potenciais, como se justifica a discriminação numa sociedade que aceita e até por vezes financia as solicitações de casais estéreis desde que a condição de heterossexualidade seja verificada.

Florêncio, somos ambos o que designaria por filhos naturais e por isso me permito designar por filhas as múltiplas controvérsias à volta das concedes de família face às quais me auto-obrigo a apresentar de qualquer exigência ou juízo moral.

Não penses no entanto que me deixo iludir pelo engodo da contemporaneidade. Não me movo, enquanto psicoterapeuta e psicanalista, por um puro discurso positivista e idealizador de todos os efeitos da ciência, mas também não me sirvo do discurso e da prática profissionais que me é inerente para criar um arsenal de argumentos destinado a impor limites à transformação dos sistemas simbólicos, quando são estes mesmos que se encontram em mudança no Ocidente.

Por outras palavras, as atuais evoluções não são vistas por mim como puras ameaças aos referentes simbólicos fundamentais da humanidade, pelo que me vejo obrigatoriamente colocado num lugar que permita manter a ordem simbólica, em plenas exponenciais técnico-científicas e as conseqüentes novas exigências.

Garanto-te Florêncio que a razão pela qual não quero salvar a velha ideia do pai é a mesma pela qual não pretendo salvar os velhos conceitos de família.

Sabes, no meu tempo de jovem, família, pátria e trabalho faziam parte de uma tríade suspeita em que só a palavra trabalho co-variava com a palavra Deus.

Deus, pátria e família era o dicit mais salazarista e dele disse adeus sem qualquer espécie de saudade.

O que podemos fazer senão tentar compreender os novos dispositivos que comandam a identificado através de ordenamentos completamente inéditos das funções materna e paterna.

Antes de caucionarmos ou reprovarmos, temos de rever as nossas certezas sem no entanto deixar de questionar a articulado entre a Lei, a sexualidade e o corpo, e a que eu, enquanto psicanalista, acrescentaria o inconsciente.

O meu ponto de vista de origem de pensar, o psicanalítico, parece às vezes com toda a razão ocupar um lugar de guardião das "boas" condições de subjetivação, já que a manutenção das estruturas familiares, calcadas na heterossexualidade dos pais, parece ser a única forma de sustentar o discurso sob o complexo de Édipo e todo o resto que vem por arraste.

Porém, Florêncio, não me reconheço como normalizador ou prescritor das condições de subjetivação. Por isso não faço parte de qualquer cruzada, de qualquer exército que se proponha a acusar o tempo de desimbolização da ordem social.

Não sou ingénuo e sei que um discurso centrado sobre noções tais como a noção paterna, stricto sensu, conduz necessariamente a uma prática contra a homo-parentalidade.

Distingo com o que suponho alguma clareza o pai da posição paterna e por isso posso facilmente supor uma mãe como sujeito identificatório paterno e vice-versa.

O real é irredutível e a função paterna só é simbolicamente operatória por proceder diretamente daquele. Só assim se explica que muitos estudos mostrem que crianças que vivam ou tenham



vivido sob o teto de um casal homossexual não apresentam alterações do comportamento moral, alterações de escolaridade ou alterações da identidade gênero quando comparadas com outras chances.

Digo-te mais, Florêncio, fosse eu no patuá psicanalítico, incluindo neste o bioniano, o lacanian, etc., e então teria de dizer que chances criadas por homossexuais teriam obrigatoriamente insituído a oclusão do pai. E então os filhos de mulheres homossexuais seriam necessariamente psicóticos?

Perdoa-me por esta caricatura, mas ela serve apenas e tão só para mostrar como argumentos desta natureza não têm nenhuma relação com a realidade.

O que acho é que no paradigma do gozo contemporâneo a homo-parentalidade é uma das novas formas do mal-estar na civilização, mas é esse mesmo mal-estar que nos obriga á mudança, já que ele na sua aparência enigmática parece implicar uma não resposta psicológica como se uma fobia a pensar se instalasse.

Comungo da definição proposta por Carol Levine, especialista americana de bioética para a ideia de família. Cito: "Os membros de uma família são indivíduos que, por nascimento, adoção, casamento ou compromisso explícito compartilham lagos pessoais profundos e têm mutuamente o direito de receber e o dever de fornecer, na medida do possível, diversas formas de apoio, especialmente em caso de necessidade.

A questão é portanto da ordem da legitimado. Se una união é considerada legítima, tal como é definida por esta ou aquela sociedade, ela dá legitimidade aos filhos que cria, já que estes se encontram filiados a um grupo social reconhecido.

A inteligibilidade da filiado, qualquer que seja o sexo ou a idade dos pais, ou o facto de estarem vivos ou mortos no momento da concedo, implica a sua legitimidade.

Só desta forma os códigos sociais se transformam em lagos ou registos simbólicos compreensíveis para todos.

A indiferenciação não é da ordem da homo-parentalidade mas da recusa da instituição de papéis sociais distintos entre dois pais do mesmo sexo.

Neste momento, Florêncio, sei perfeitamente o quanto este meu discurso pode parecer provocatório, mas a clínica tem-me ajudado. Ainda recentemente fui procurado por uma jovem mulher lésbica que no decurso do seu processo psicoterapêutico decidiu adotar uma criança. Se tal facto se vier a dar, o que me resta senão apoiar a minha paciente, tornando-a apta a construir lagos no registo simbólico que permitam uma verdadeira filiação e não uma pura apropriação narcísica. A minha paciente não me pediu autorização face ao seu desejo nascente nem tinha de o fazer, o que ela me solicita é que o seu desejo materno não se constitua como ameaça homofóbica no interior de si mesma. Paradoxo curioso, mas verdadeiro.

O paradigma do gozo que te referi várias vezes ao longo desta nossa conversa imaginária trouxe-me até aqui. O que mudei não foi feito em nome de qualquer espécie de adaptação. A reforma da modernidade não tem de nos adaptar, mas tem de nos tornar aptos a dar respostas, a acolher novas formas de vínculo, novas formas de crescer, viver e amar.

Florêncio, em Espanha tal como aqui, estamos em crise. Refiro-me não à crise de valores, para este pedido não vou dar mais do que é estritamente necessário, mas a uma crise económica e financeira que abala os nossos países e todo a Europa. Mas aí não é o paradigma do gozo que se deve interrogar, mas antes aquele que designaria pelo gozo induzido. Este diz respeito também à mudança que se opera na nossa cultura e às relações com a mercadoria nas sociedades de hoje.

Florêncio, uma das coisas mais fantásticas da revolução francesa, ou melhor, do espírito e da letra da revoluto francesa, foi a passagem do poder. O escravagismo e o feudalismo exerciam o poder sobre o corpo, o corpo de escravo ou do servo da gleba pertencia ao senhor. No topo da pirâmide estava Deus. Com a democracia, o poder deixou de ser um poder sobre o corpo do outro, pas-



sou a ser um poder sobre as coisas. A burguesia era e é a classe capaz de gerar riqueza e obra. Porém, paulatinamente as coisas sobre as quais passámos a exercer poder começaram elas próprias a terem poder sobre nós. O lugar deixado vazio por Deus passou a ser ocupado pelas coisas e pelo seu valor factício e sobretudo ficcional.

O paradigma do gozo induzido levou-nos a um fantasma de um maná de abundancia de coisas, transformando-nos em seres consumidos pela abundancia do consumo. A crise atual exige também uma reflexão psicológica. A conversão ética e cultural que levou à passagem das sociedades do interdito às sociedades do gozo gerou-nos uma triste situação: o dever de gozar. O dever das sociedades da interdição casa-se assim com o gozo e o dever do gozo deu origem a uma fantasia de um gozo em permanente crescimento. Aqueles que não se enquadram no dever de gozar quase se podem sentir desvalorizados socialmente face a um ethos paradoxal do gozo imposto.

Talvez a crise possa ajudar a quebrar este círculo vicioso, talvez ela ajude a destruir o que parecia um caminho triunfante de mais gozar pelo dever do gozo.

As ligações sociais têm de ser dimensionadas na ordem do desejo e não sob o império da obrigação de gozar.

É com esta última reflexão que também implica mudanças e lutos sobre fantasmas co-rnados na contemporaneidade que termino este meu diálogo imaginário, mas público, contigo.

Conforme deves ter reparado não abdiquei por um momento que fosse, de pontos de vista controversos, mas que tentei balizar dentro das práticas psicológicas. Tentei, como viste, situar simbolicamente as evoluções sociais, familiares, culturais e outras a que ambos assistimos.

Não sou por natureza atreito a desistir de um ponto de vista a não ser por um outro que se mostre melhor.

Por isso, querido amigo, espero que esta crise nos traga mudanças nas novas formas de olhar o mundo e o sentido de gozar e existir.

Despeço-me com uma amizade de muitos anos, com o respeito pelas diferenças paradoxalmente nos aproximam e com a admiração que sempre me mereceste

